

Do
*Periculum in
Mora Inverso*
à Luz do CPC/2015

REIS FRIEDE
ADRIANO FRANÇA

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2020

Copyright © 2020 by Reis Friede e Adriano França

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

F899p

Friede, Reis

Do periculum in mora inverso à luz do CPC/2015 / Reis Friede, Adriano França. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.

144 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 127-133.

ISBN 978-85-519-1740-4

1. Processo civil - Brasil. 2. Código de Processo Civil de 2015. 3. Tutela provisória. 4. Periculum in mora. 5. Tutela da evidência. I. França, Adriano. II. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Apresentação	1
Prefácio	5
Prefácio	7
Capítulo I	
Das Considerações Iniciais	9
Capítulo II	
Das Alterações Promovidas pelo CPC/15 em Relação às Tutelas Provisórias	17
Capítulo III	
Das Tutelas de Urgência e do <i>Periculum in Mora Inverso</i>	29
Capítulo IV	
Da Tutela de Evidência e seus Requisitos: <i>Fumus Boni Iuris</i> <i>Qualificado e Periculum In Mora Inverso</i>	81
Capítulo V	
Da Síntese Conclusiva.....	89
Notas Complementares	93
1. Do Ineditismo e da Retomada da Expressão da <i>Periculum</i> <i>in Mora Inverso</i>	93
2. Do <i>Periculum in Mora Inverso</i> e do <i>Periculum in Mora Reverso</i>	93
3. Da Concepção do <i>Periculum in Mora Inverso</i> (Reverso) – Por Reis Friede	93
4. Do Rigor Técnico no Emprego de Termos Jurídicos.....	95
5. Do Emprego Jurisprudencial do <i>Periculum in Mora Inverso</i> no CPC/73.....	96

6. Da Relação entre a Constitucionalização do Direito e o <i>Periculum in Mora Inverso</i>	97
7. Da Preocupação Clássica que Norteou a Elaboração de Técnicas de Antecipação de Tutela.....	98
8. Dos Efeitos Negativos Advindos de Decisões Judiciais Definitivas e dos Meios Recursais Para Suspendê-los.....	99
9. Da Entrada em Vigor do CPC/15	100
10. Do Caráter Excepcional da Tutela Provisória.....	100
11. Da Referência Expressa aos Requisitos Fundamentais do <i>Periculum in Mora</i> e do <i>Fumus Boni Iuris</i> no CPC/15	101
12. Da Concepção Conceitual e Estrutural do <i>Fumus Boni Iuris</i> no CPC/15.....	101
13. Do Conceito Técnico-Jurídico de <i>Periculum in Mora</i>	101
14. Do Requisito Negativo Explícito da Tutela de Urgência Antecipada	102
15. Da Classificação do <i>Periculum in Mora Inverso</i>	102
16. Do Ônus Probatório Quanto aos Requisitos da Tutela de Urgência	102
17. Dos Efeitos Colaterais Relativos ao Deferimento de Tutela Provisória sem a Comprovação dos Requisitos Autorizadores.....	103
18. Da Disciplina da Medida Cautelar no CPC/73.....	103
19. Do Poder Geral de Cautela	104
20. Do Art. 301 do CPC/15 e do Fundamento Normativo do Poder Geral de Cautela	105
21. Da Ordem Hierárquica de Apreciação dos Requisitos Autorizadores da Tutela Provisória de Urgência no CPC/15	106
22. Da Capacidade Interpretativa e da Legalidade Autorizativa.....	106
23. Da Evolução da Autonomia da Função Cautelar	107
24. Da Fungibilidade	108
25. Do Juízo de Probabilidade de Dano.....	109
26. Do Juízo de Possibilidade de Dano	110

27. Do Dano Provável: ao Direito e ao Processo.....	110
28. Da Escolha na Imposição do Gravame à Parte pelo Julgador.....	111
29. Dos Momentos e das Fases Processuais de Aplicação de Medidas Provisórias de Urgência.....	112
30. Da Suspensão de Segurança nos Tribunais – entre Jurisprudência Defensiva e Ativismo por Decisão Monocrática.....	112
31. Da Ordem Pública.....	113
32. Da Antiga Discussão sobre Verossimilhança da Alegação e <i>Fumus Boni Iuris</i>	113
33. Do Caráter Satisfativo da Tutela Antecipada e o Requisito Negativo Especial da “Irreversibilidade”.....	114
34. Do Impedimento Relativo.....	116
35. Do Impedimento Absoluto.....	116
36. Da Caução e da Contracautela no Direito Comparado.....	116
37. Da Caução na Qualidade de Contracautela no Código de Processo Civil de 1939.....	117
38. Do Conceito de Caução.....	118
39. Do Regramento Liminar na Lei nº 191, de 1936, no CPC/39, no CPC/73 e no CPC/15.....	120
40. Do Significado do Termo Liminar.....	120
41. Da Tutela Acautelatória Procedida <i>ex Officio</i> pelo Julgador.....	121
42. Do Pedido de Tutela Cautelar Implícito na Ação Mandamental.....	121
43. Da Concessão <i>ex Officio</i> da Tutela Cautelar em Forma ou não de Medida Liminar pelo Juiz.....	121
44. Do Método Teleológico de Interpretação Hermenêutica.....	122
45. Da Ação Judicial contra Ato Administrativo.....	122
46. Da Jurisprudência sobre as Limitações Editalícias em Concursos Públicos.....	122
47. Da Vedação à Concessão de Tutela Antecipada (Satisfativa) e a Ação de Mandado de Segurança.....	124
48. Da Medida Cautelar de Indisponibilidade de Bens.....	125

49. Da Aplicação às Tutelas Coletivas dos Procedimentos Previstos no CPC/15 para a Tutela Cautelar ou Antecipada em Caráter Antecedente	125
50. Da Ampla Possibilidade de Concessão de Tutela Antecipada na Ação de Mandado de Segurança	126
Principais Referências Bibliográficas	127